

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *Journal da Manhã (S.P.)*Class.: 45Data: *23 de Outubro de 1987*

Pg.: _____

Sarney acaba com o INCRA e cria o INTER

O presidente José Sarney assinou decreto extinguindo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A partir de agora todas as atribuições da autarquia serão repassadas para o MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). Ao fazer o anúncio o ministro Jader Barbalho disse que a medida "dará unidade na condução administrativa da reforma agrária".

No mesmo decreto o presidente autorizou a criação do INTER (Instituto Jurídico das Terras-Rurais). O objetivo da nova autarquia é processar a parte jurídica da reforma agrária, o que antes era de responsabilidade da procuradoria do INCRA.

O presidente estabeleceu também a concessão do direito real de uso, com perda de direito das terras, caso sejam desviadas para outras finalidades além da agricultura ou pecuária. Fica criado o direito de reserva ao expropriado comissão de posse automática após o direito de reserva. Isto significa, segundo Jader Barbalho, que o expropriado terá direito de ficar com 25 por cento da área expropriada, principalmente a parte de benfeitorias.

O proprietário tem 30 dias para fazer a opção pelo direito de reserva.

Outro ato do presidente foi a obrigatoriedade de cessão de 10 por cento das áreas dos projetos, objeto de incentivo fiscal para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Outro ato da maior importância, de acordo com o ministro, foi a mensagem do presidente ao Congresso Nacional, pleiteando a autorização para emissão de 100 milhões de títulos da dívida agrária, correspondente a 500 milhões de OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) para ser utilizada pelo governo na desapropriação de propriedades rurais a partir deste ano, a até 1991. Isto significa cerca de 212 bilhões, que darão para desapropriar 30 milhões de hectares e atender 1 milhão de famílias no período.

O decreto excluiu ainda os pequenos e médios proprietários da desapropriação. Segundo Jader Barbalho, desapropriar esses dois tipos de proprietários só traz intranquilidade e nenhuma eficácia a reforma agrária. Pelo decreto ficam isentas de serem desapropriadas áreas de até 1.500 hectares na SUDAM, até 1 mil hectares na SUDECO,

até 500 hectares na SUDENE, e até 250 hectares no restante do país.

De acordo com o ministro a medida deixa de fora 4 milhões 410 mil proprietários rurais que correspondem a 97,4 por cento do total do país, ficam abrangidos pela desapropriação 118 mil proprietários que representam apenas 2,6 por cento dos proprietários rurais. Lembra Jader Barbalho que o segundo grupo fica ainda devendo 286 milhões de hectares de terras que correspondem a 47,6 por cento das propriedades agriculturáveis.

TERRAS INDÍGENAS

A inclusão das terras ocupadas pelos índios brasileiros entre os bens da União provocou uma grande confusão entre os constituintes na sessão da Comissão de Sistematização. O texto do deputado Bernardo Cabral prevê que as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios são considerados bens da União. O senador Severo Gomes, PMDB-SP, afirmou que hoje são poucas as comunidades indígenas que continuam ocupando suas terras de origem (imemorais) resultado, inclusive, da política da FUNAI, de transferir os índios para protegê-los.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio, PT-SP, fez a defesa da retirada do termo "de posse imemorial", porque os silvícolas não possuem personalidade jurídica para provar que suas terras são imemorais e portanto, de propriedade da Nação e proibidas de exploração sem a aprovação do Congresso Nacional.

A maioria dos constituintes se pronunciou contra a retirada do termo "de posse imemorial". Pela retirada do termo votaram os partidos de esquerda e o Movimento Unidade Progressista do PMDB, além de alguns parlamentares que surpreenderam o plenário como os deputados José Serra, PMDB-SP e Francisco Rossi, PTB-SP e José Tavares, PMDB-PR.

Para defender o texto, falaram os deputados Gerson Peres, PDS-PA e Gastone Righi, PTB-SP. Para o deputado Gastone Peres, "tem muita terra pra pouco índio". Peres considerou absurdo que no Pará, 14 por cento do território estejam destinados aos índios. "Só pessoas que estão fora da órbita dos interesses dos índios é que querem mudar o texto", afirmou.